

Segurança Pública: Câmara e Assembléia realizam Audiência

01/07/2011

A Câmara Municipal em parceria com a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG) foi palco de Audiência Pública, na sexta-feira (1), que debateu questões relacionadas à segurança pública na região.

Entre os assuntos discutidos em pauta, estava a implantação da Delegacia Regional de Polícia Civil; instalação do Batalhão da Polícia Militar; a implantação do Instituto Médico Legal (IML); a regionalização dos plantões da Polícia Civil; e o movimento de humanização da Polícia.



A delegacia e os postos da Polícia Civil do município, durante os fins de semana e feriados, não tem funcionado. Dessa forma, todas as ocorrências geradas nesses dias são encaminhadas para a cidade de Ubá.

O chefe da Polícia Civil de Juiz de Fora, Eduardo da Silva, justificou que os fins dos plantões devem-se a adaptação de horários de trabalho dos policiais. "A lei estabelece que o policial deve trabalhar 40 horas semanais. Nós apenas adequamos a nossa carga horária e criamos o plantão regionalizado". De acordo com ele, antes dessa adequação, os policiais chegavam a trabalhar mais de cem horas.

Segundo o delegado Seccional da Polícia Civil de Viçosa, Carlos Alberto Bastos, que representou o presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (Sindepominas), afirmou que para garantir o funcionamento durante os finais de semana e feriados, sem aumentar a carga horária prevista em lei, a delegacia de Viçosa precisa de mais cinco delegados, cinco escrivães e dez agentes.

Para o presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais (Sindpol/MG), Denilson Martins, o fim dos plantões está diretamente ligado ao sucateamento que a Polícia Civil vem sofrendo. Ele lembrou que os policiais civis estão em greve justamente para lutar pela reestruturação da Instituição e pela realização de concurso público.

De acordo com Eduardo Silva, já está autorizada a realização de um concurso público. Ele afirmou estar em estudo, também, a criação de uma Delegacia Regional. "Entretanto, essa delegacia só tem sentido se for possível dar uma estrutura a ela", considerou. Ainda segundo ele, também está sendo analisada a instalação de um Instituto Médico Legal (IML), o que irá contribuir para um aumento do número de policiais civis em Viçosa.

O comandante da 97ª Companhia Especial da Polícia Militar, em Viçosa, Major Almir Cassiano de Almeida, destacou a urgência da implantação do IML no município. "A construção é importante para a segurança pública, já que amplia a capacidade de atendimento da Polícia Civil". Ele lembrou também que a questão da Polícia Civil merece atenção, e ressaltou que é muito importante para a Polícia Militar que ocorra os plantões da Polícia Civil na cidade.

O vice-presidente da Casa, vereador Luís Eduardo Salgado (PDT), disse que os municípios vêm tendo uma participação decisiva para garantir o funcionamento da Polícia Civil, embora a responsabilidade seja do Estado.

O deputado estadual Paulo Lamac, que presidiu a sessão, defendeu a realização do concurso para que a delegacia do município volte a funcionar nos finais de semana, e os policiais não tenham sua carga horária de trabalho sacrificada.

O deputado estadual Rogério Correia (PT) criticou a situação precária da segurança pública em Minas Gerais e o fato das polícias dependerem de recursos municipais. "Temos hoje três áreas essenciais em greve no Estado, a segurança pública, a saúde e a educação. Isso mostra o descaso do Governo do Estado", considerou.

O investigador da Polícia Civil de Viçosa, Humberto Fonseca, pediu a palavra, parabenizou a vinda da Comissão a cidade e detalhou o número de profissionais que a polícia civil realmente precisa para atender a todas as demandas. "Como iremos prestar um serviço de qualidade para a sociedade viçosense com um efetivo desses", enfatizou. Ele ainda reivindicou a realização de concursos públicos.

A vereadora Cristina Fontes (DEM), lembrou que a Casa é unânime em apoiar todo o movimento de humanização da Polícia Civil. "Quando lutamos pela Delegacia Regional de Polícia Civil, pelo batalhão da Polícia Militar, pela implantação do IML, pela humanização e valorização da Polícia, pela regularização do plantão, é porque prezamos pela segurança pública e a importância desse trabalho no município", afirmou.

No final da Audiência, os parlamentares apresentaram vários requerimentos, que serão aprovados na próxima reunião, com pedidos de providências para resolver o problema da falta de policiais civis em Viçosa.

Na ocasião, estiveram presentes, os deputados estaduais, Paulo Lamac (PT) e Rogério Correia (PT); o deputado federal Padre João (PT); o presidente da Casa, Dr. João Batista Teixeira (PR); o vice-presidente, Luís Eduardo (PDT); o comandante da 97ª Companhia Especial da Polícia Militar em Viçosa, Major Almir Cassiano; o prefeito de São Miguel do Anta, José Eugênio Paceli Lopes; o chefe da Polícia Civil de Juiz de Fora, Eduardo da Silva; o delegado Seccional de Polícia Civil de Viçosa, Carlos Alberto Bastos; o presidente do Sindpol, Denilson Martins; o secretário de administração da Prefeitura, Ronaldo Santana; vereadores e autoridades municipais, além de policiais civis, da cidade e região.